1 Q3253215
Legislação Federal >
Lei nº 12.846 de 2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administra
Decreto nº 11.129 de 2022 - Regulamenta a Lei nº 12.846 de 2013

Ano: 2025 **Banca:** Fundação CETAP **Órgão:** BANPARÁ **Prova:** Fundação CETAP - 2025 - BANPARÁ - Técnico em Informática - Suporte

O texto seguinte servirá de base para responder à questão.
A questão seguinte deve ser analisada e respondida com base nas legislações sobre anticorrupção estabelecidas pela Lei n. 12.846/2013, pelo Decreto n. 11.129, de 11 de julho de 2022 e pelo Decreto Estadual n. 2.289, de 13 de dezembro de 2018.
Autor

Concluídos os trabalhos de apuração e a análise da defesa escrita do Processo Administrativo de Responsabilização de pessoas jurídicas, a Comissão elaborará Relatório Final a respeito dos fatos apurados e da eventual responsabilidade administrativa da pessoa jurídica, no qual sugerirá, de forma motivada, as sanções a serem aplicadas, explicitando o valor da multa, ou o arquivamento do processo. O Relatório Final da Comissão processante deverá obrigatoriamente ser elaborado, dentre outros, com a observância dos seguintes requisitos:
I - descrição dos fatos apurados durante a instrução probatória; II- detalhamento das provas ou de sua insuficiência, bem como apreciação da defesa e dos argumentos jurídicos que a lastreiam; III - indicação de eventual pratica de ilícitos administrativos, cíveis ou criminais por parte de agentes públicos; IV - análise da existência e do funcionamento de Programa de Integridade; V - conclusão objetiva quanto à responsabilização ou não da pessoa jurídica e, se for o caso, sobre a desconsideração de sua personalidade jurídica, sugerindo, de forma motivada, as sanções a serem aplicadas. Após a leitura, marque a alternativa correta:

A Apenas os itens I, II e III apresentam requisitos obrigatórios.

B Apenas os itens I e II apresentam requisitos obrigatórios.

C Todos os itens apresentam requisitos obrigatórios.

D Apenas os itens II, III e V apresentam requisitos obrigatórios.

E Apenas os itens II, III, IV e V apresentam requisitos obrigatórios.

2 Q2500566
Legislação Federal >
Lei nº 12.846 de 2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administra

Ano: 2024 **Banca:** CESGRANRIO **Órgão:** Caixa **Provas:** CESGRANRIO - 2024 - Caixa - Médico do Trabalho ...

A Lei no 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.
De acordo com essa lei, constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

A obter para o ente público vantagem ou benefício de modificações ou prorrogações de contratos com a Administração Pública, com autorização em lei.

B prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

C financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos lícitos previstos nessa lei, alegadamente.

D utilizar-se de pessoa física ou jurídica como procurador, regularmente constituído, para defender seus interesses junto à Administração Pública.

E criar, de modo regular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3 Q2470308 Legislação Federal > Lei nº 12.846 de 2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administra

Ano: 2024 **Banca:** CESGRANRIO **Órgão:** BNB **Prova:** CESGRANRIO - 2024 - BNB - Analista Bancário

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, foi promulgada para ampliar e fortalecer, no ordenamento brasileiro, os mecanismos de combate administrativo e judicial a comportamentos "contra a Administração Pública".
Nesse sentido, a

(A) instância administrativa de combate à corrupção subsidia a judicial, que é a única capaz de impor sanções efetivas ao corruptor.

(B) responsabilização se realiza no âmbito administrativo e no âmbito judicial, sem prejuízo de medidas adicionais fixadas em outras esferas.

(C) lei subordina a apuração judicial das infrações nela descritas ao anterior processo administrativo.

(D) lei prevê a responsabilização subjetiva, administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública.

(E) responsabilização da pessoa jurídica na esfera administrativa impede ulterior processo na esfera judicial, para que não ocorra *bis in idem.*

4 Q2232561 Legislação Federal > Lei nº 12.846 de 2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administra

Ano: 2023 **Banca:** FGV **Órgão:** Banco do Brasil **Provas:** FGV - 2023 - Banco do Brasil - Analista - Perfil Interno ...

A Lei nº 12.846/2013 é a primeira lei nacional voltada exclusivamente para o combate a atos de corrupção, imputando responsabilização objetiva pela prática de atos ilícitos contra a Administração Pública.
Em tema de processo administrativo de responsabilização, essa lei

(A) atribui à Controladoria-Geral da União (CGU) competência para apurar e julgar atos ilícitos previstos por ela, praticados contra a administração pública estrangeira.

(B) determina a instauração de processo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, excluíndo a responsabilidade individual de seus dirigentes.

(C) prevê sanções penais Isoladas ou cumulativas aplicáveis às pessoas física e jurídica consideradas responsáveis pelos atos lesivos.

(D) possibilita o acordo de leniência em troca de informações úteis ao processo, eximindo o informante da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

(E) estabelece a necessidade de comprovar que houve intenção dos dirigentes ou donos das empresas em lesar Administração Pública.

5 Q2059042 Legislação Federal > Lei nº 12.846 de 2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administra

Ano: 2023 **Banca:** CESGRANRIO **Órgão:** BANRISUL **Prova:** CESGRANRIO - 2023 - BANRISUL - Escriturário

Um bancário realiza cursos necessários para ocupar cargos gerenciais. Um deles diz respeito às práticas de *compliance* para proteger a estrutura empresarial dos prejuízos causados por atos ilícitos praticados no exercício de sua atividade.
Exercendo sua atividade normal, recebe um cliente, com grandes investimentos na instituição financeira, preocupado com acusações de prática de atos lesivos contra a administração pública. Como esse foi um dos temas estudados no seu treinamento, sugeriu que o cliente buscasse solução administrativa prevista em lei e fosse assessorado por advogado especialista na matéria. Consoante a Lei n° 12.846/2013, a autoridade máxima de cada órgão poderá celebrar, com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos, um(a)

(A) termo de conciliação

(B) contrato de transação

Ⓒ acordo de leniência

Ⓓ procuração especial

Ⓔ documento público

---

6 Q1842530 Legislação Federal > Lei nº 12.846 de 2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administra

Ano: 2021 **Banca:** CESGRANRIO **Órgão:** Caixa **Provas:** CESGRANRIO - 2021 - Caixa - Técnico Bancário Novo ...

P foi diretor de sociedade empresária que foi acusada de praticar atos de corrupção, com geração de prejuízos superiores a cem milhões de reais. Após longo período de negociação, P e a sociedade resolvem compor os prejuízos causados. Nos termos da Lei n° 12.846/2013, caso preenchidos os requisitos exigidos, poderá ser realizado(a)

Ⓐ compromisso de honestidade

Ⓑ acordo de leniência

Ⓒ negócio jurídico

Ⓓ transação legal

Ⓔ promessa de restauração

---

7 Q1017480 Legislação Federal > Lei nº 12.846 de 2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administra

Ano: 2019 **Banca:** IADES **Órgão:** BRB **Prova:** IADES - 2019 - BRB - Escriturário

A empresa X pratica ato sujeito a instauração e julgamento de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei nº 12.846/2013. Quanto a esse processo administrativo de responsabilização, assinale a alternativa correta.

Ⓐ O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por dois ou mais servidores, sendo pelo menos o presidente da comissão estável.

Ⓑ A comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 dias contados da data da publicação do ato que a instituir, de forma improrrogável e, ao final, apresentar relatórios a respeito dos fatos apurados e da eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo, de forma motivada, as sanções a serem aplicadas.

Ⓒ O processo administrativo, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade instauradora, na forma do art. 10 da Lei nº 12.846/2013, para julgamento.

Ⓓ No processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de 60 dias para defesa, contados da intimação.

Ⓔ A instauração de processo administrativo específico de reparação integral ou parcial dos danos não prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas na Lei nº 12.846/2013.

---

8 Q837594 Legislação Federal > Lei nº 12.846 de 2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administra

Ano: 2017 **Banca:** BANPARÁ **Órgão:** BANPARÁ **Prova:** BANPARÁ - 2017 - BANPARÁ - Advogado

A respeito da disciplina legal da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional é CORRETO afirmar:

Ⓐ A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, uma vez que não se confunde os atos pessoais com os societários.

(B) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

(C) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei, na medida de sua culpabilidade.

(D) Na responsabilização administrativa, a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica não tem qualquer efeito sobre a dosimetria das sanções.

---

9 Q837553 Direito Administrativo > Improbidade administrativa - Lei nº 8.429 de 1992 e Lei nº 14.230 de 2021

Ano: 2017 **Banca:** BANPARÁ **Órgão:** BANPARÁ **Prova:** BANPARÁ - 2017 - BANPARÁ - Advogado

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) Consoante a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe, para o respectivo ente, a obrigação legal de sua execução por um período superior a vigência do plano plurianual.

(B) Consoante a Lei de Improbidade (Lei 8.429/1992), será punido com a pena de suspensão por 90 (noventa) dias, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar de modo falso.

(C) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consagra a tese de que estando ainda em curso a execução do contrato administrativo, não corre o prazo decadencial ou o prazo prescricional.

(D) Consoante a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), o acordo de leniência poderá, em casos excepcionais, eximir, a pessoa jurídica signatária do acordo, da obrigação de reparar o dano causado.

Respostas

1: **C** 2: **B** 3: **B** 4: **A** 5: **C** 6: **B** 7: **C** 8: **B** 9: **C**